



## ALGUNS LUGARES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: A RESISTÊNCIA NA FRONTEIRA OESTE DE MATO GROSSO

Adriane Cristine Silva (PPGE/UFMT) – adriane cristine2011@gmail.com  
GT 4: EDUCAÇÃO E POVOS INDÍGENAS

### Resumo:

O objetivo deste artigo é descrever e compreender o local da educação escolar indígena Chiquitano. Sua abrangência, seus limites e possibilidades de resistência para atender a estudantes desta região da fronteira oeste de Mato Grosso. Neste trabalho se insere os princípios reflexivos da proposta de pesquisa de doutoramento pelo PPGE-UFMT, na linha Movimentos Sociais, Política e Educação Popular. Através desta análise de cunho bibliográfico apresento aos traços identitários do povo indígena Chiquitano, sua localização, a organização da Educação Escolar Indígena, a compreensão de Educação Intercultural, no povo indígena Chiquitano, no município de Porto Esperidião. Assegurado a princípio pela legislação que determina a orientação da educação através da diversidade étnica, como forma de resistência deste grupo da etnia chiquitano.

**Palavras-chave:** Escola. Povo Indígena Chiquitano. Diversidade

### 1 Introdução

Com o propósito de realizar uma abordagem ao que se refere a Escolas Indígenas no município de Porto Esperidião, e sua resistência, neste artigo apresento uma primeira aproximação referente as escolas Estadual Indígena Chiquitano e Estadual Indígena José Turíbio, no município de Porto Esperidião. Como forma de compreender o cenário da educação fronteiriça. Uma escola cujo alunos são crianças, jovens e adultos desta fronteira oeste de Mato Grosso, por meio de uma educação, através da escola, articulam enquanto sujeito que resistem neste lugar da fronteira e para que o Estado as reconheça, enquanto grupo étnico na vida que pulsa no território Chiquitano em Porto Esperidião.

Esta aproximação a este grupo étnico através deste texto surge com questionamentos a compor outras dúvidas no decorrer da trajetória no Doutorado. A começar por como ocorreu a organização e estruturação das escolas Estadual Indígena Chiquitano e Estadual Indígena José Turíbio, nesta região de fronteira? Por tratar aqui de uma proposta de pesquisa de cunho bibliográfica, nos possibilita aproximar de conceitos referentes a educação intercultural e a legislação que confere legalidade nos encaminhamentos escolares. Esta pesquisa se justifica pela lacuna existente em compreender como as escolas Estadual Indígena Chiquitano e Estadual Indígena José Turíbio se estabeleceram no município de Porto Esperidião - MT, pelas suas singularidades. Este povo tem demonstrado resistência étnica, na região de fronteira com

a Bolívia, tendo como cenário as escolas em suas singularidades de estrutura física, que compõem o cotidiano da comunidade.

A pesquisa apresenta a metodologia de abordagem qualitativa, uma investigação bibliográfica, através de um conjunto de estudos direcionados a temática que envolve o Chiquitano. Como a pesquisa bibliográfica “vai além da simples observação de dados contidos nas fontes pesquisadas, pois imprime sobre eles a teoria, a compreensão crítica do significado neles existente” Lima & Miotto, (2007).

Necessário compreender o local social da escola e os traços identitários que os unem nesse universo plural do local da fronteira, onde estão estruturadas as instituições escolares: Estadual Indígena Chiquitano e Estadual Indígena José Turíbio no município de Porto Esperidião.

## **2 O lugar da escola: cenário de interação**

Nesta proposta de compreender a estrutura das escolas: Estadual Indígena Chiquitano e Estadual Indígena José Turíbio, no município de Porto Esperidião, fronteira com a Bolívia. Uma proposta de descrever e compreender as escolas do povo Chiquitano que vivem em Porto Esperidião. Compreendemos que a escola como uma instituição com função social, pois se encontra vinculada à promoção da formação cidadã. Na idade escolar a criança é conduzida à instituição educacional, e consigo traz seus conhecimentos já formulados na informalidade, adquiridos no seio familiar.

Com a chegada na escola e o contato com outras crianças, pessoas, culturas, o ensino constituído no âmbito escolar, nessa perspectiva, tem-se que o currículo escolar é um referencial necessário utilizado para orientar os caminhos no fazer pedagógico do professor. A escola indígena, segundo Tassinari (2001) se constitui como um “[...] espaço de fronteira entendida como espaço de trânsito, articulação e troca de conhecimentos, assim como espaço de incompreensões e de redefinições dos grupos envolvidos nesse processo, índios e não índios”.

No Brasil temos uma população indígena de aproximadamente 305 etnias que falam 274 idiomas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Neste cenário da diversidade brasileira, em cada comunidade se faz necessário um lugar de aprendizado diferente. Nesse sentido o cotidiano na escola a ser observado deve primar pelo viés da análise de documentos oficiais, atas e outros registros escolares e assim, nos permitir perceber e compreender este lugar de resistência de formação e de desejo de estar

ali. Fazer parte daquele grupo específico e lutar por reconhecimento e outros direitos. Sendo assim temos os professores que conduzem o lugar, a escola.

Reconhecer que a necessária tecnicidade e cientificidade do trabalho docente não esgotam todo o ser professor. E que é fundamental reforçar a pessoa-professor e o professor-pessoa. Compreende-se que o poder de decisão está vinculado no livre arbítrio do professor em querer sair de uma educação com a prática curricular encharcada de conteúdos com a obrigatoriedade de cumpri-lo no decorrer do ano letivo, para uma prática pedagógica inovadora onde o seu trabalho possa se tornar parte da transformação e da interação participativa de forma consciente com o meio valorizando a si mesmo e as especificidades do alunado. (NÓVOA, 2009, p.39)

Para ser professor apenas ensinar não se faz necessário é preciso exercer uma representação que se exerce em importante influencia na vida do aluno, a partir do momento que a criança é inserida no sistema educacional, é como se descortinasse diante dele um lugar que necessita ser compreendido, ser vivido e ser sentido na sua totalidade, pois assim se estabelece o conhecimento intercultural, significativo e motivador para o desenvolvimento da cidadania de um grupo que precisa se estabelecer.

Nesta complexa rede das relações em que a escola se torna um espaço de fronteiras étnicas e culturais (TASSINARI, 2003, p.89), a educação é compreendida enquanto “uma rede de relações que possibilita a formação e a informação expressa nos gestos, na comunicação, na expressão corporal e de pensamento”. Neste contexto, a diversidade se apresenta como possibilidade do pensar e do ser pessoa, de alunos e professores tornarem-se cada vez mais humanos e críticos para interferir na realidade de maneira consciente, pelo povo Chiquitano com a conscientização de si através da escola.

### **3 O povo Chiquitano: a resistência a partir da escola**

Para abordarmos a história do povo Chiquitano, podemos nos remeter ao uso da democracia, mas que nesta região se torna sufocada. Estamos a tratar do município de Porto Esperidião, em Mato Grosso. Para trazer uma abordagem a este povo devemos ter como destaque suas lutas para se estabelecerem nesta região Oeste do estado de Mato Grosso. O seu lugar assegurado no decorrer do tempo e pelo percurso histórico. Apresentado por um bispo da Paróquia de Cáceres nos idos de 1961.

Existem uns poucos índios ainda ... e vi alguns em seu estado natural no dia 20 de dezembro de 1961, quando participava, com uma comissão oficial, da abertura do trânsito terrestre entre Cáceres e Vila Bela, no lugar chamado Pontes e Lacerda, no Alto Guaporé. (BIENNÉS, 1987, p. 215)

Enquanto que identificado, pela ocupação do território pelos seus ancestrais. Apresentadas por Meireles (1989), no livro *Guardiães da Fronteira*, discute a ocupação dessa parte do Brasil e traz informações preciosas sobre as missões de Chiquitano, e suas características étnicas de cultura que se estabeleceram nesta região como forma de resistência aos desmandos políticos, econômicos e sociais.

Os Chiquitanos, são formados por um conjunto étnico de ocupação milenar do território central da América do Sul, região invadida por europeus e depois separada em dois Estados Nacionais, o Brasil e a Bolívia. A denominação Chiquitano é derivada da palavra Chiquito, usada para identificar uma etnia que, segundo Pacini (2007), era chamada pelos Chiriguanaes de Tapiomiri que significa na língua guarani casa pequena, mencionadas como os Tapuys (escravos) dos Chiriguanaes, os Tapuymiris (pequenos inimigos).

Com Silva (2012), compreendemos uma variedade de estabelecimentos Chiquitano; aldeias, estabelecidos juntamente com os destacamentos militares e na cidade de Porto Esperidião, Cáceres e Vila Bela da Santíssima Trindade. O povo Chiquitano de acordo com Joana Aparecida Fernandes Silva e José Eduardo Moreira da Costa (2000), foram formados por diferentes povos indígenas vindos da Bolívia a partir do século XVII, na fronteira com Brasil. De alguma maneira foram envolvidos em conflitos políticos e cultural com a divisão territorial, sem a mínima compreensão do contexto social que ali ocorria. Apenas resistiram ao tempo, a exploração e ao abandono. Retornado após o combustível que por suas terras atravessou e incendiou de energia as suas lutas e a retomada do fio condutor de suas vidas, no território indígena, Portal do Encantado.

No Brasil, ou se era brasileiro ou se era estrangeiro. E o índio ficava no limbo, um campo intermediário até que pudesse ser “emancipado”. Ao índio não cabia naturalizar-se brasileiro, pois já é um “natural da terra”; cabia “emancipar-se”, libertar-se do status ambíguo de “relativamente incapaz”, conforme rezava o Código Civil da época e o Estatuto do Índio de 1973. Fazia-se questão de afirmar que os indígenas não são estrangeiros e nem cidadãos plenos, pois não comungavam a mesma língua, história, símbolos etc. Contudo, com os nacionais compartilhavam um contexto interétnico colonizador, gerado pela própria conquista e invasão de seus territórios tradicionais. (PACCINI, 2019, p.6)

Nestas primeiras aproximações sobre o povo Chiquitano, suas comunidades são formadas por populações cuja identidade cultural tem sofrido mudanças devido à desterritorialização contínua desde a década de 1960, quando iniciou um processo de

reocupação dos seus espaços tradicionais por posseiros e empresas agropecuárias, mineradoras e outros interessados. Com o processo migratório a partir de 1980 o incentivo a invasão das terras Chiquitanas foram em larga escala.

Encontramos na literatura local a descrição do Bispo D. Máximo Biennés.

Na fronteira boliviana, os abusos contra os Chiquitos não se praticam na mesma escala de antes; porém, a sua situação continua triste. Segundo informações que me parecem fidedignas, a maior parte dos seringueiros do baixo Guaporé é ainda composta de Chiquitos malpagos e sem possibilidades de se livrar da espécie de cativo em que estão detidos. Nós mesmos, viajando na fronteira, temos encontrado famílias fugindo para o Brasil, porque patrões bolivianos queriam tomar-lhes os filhos. (BIENNÉS, 1987, p. 117)

Ainda sobre o tratamento ao povo Chiquitano na França em 1926, D. Galibert relata a história do povo Chiquitano:

Tais contratações e deportações recomeçavam em todos os lugares, até várias vezes no mesmo ano. As aldeias se despovoaram. Malgrado de sua simplicidade, os chiquitos acabaram constatando que aqueles que partiam nunca mais voltavam. Compreenderam a tremenda realidade. Começaram então a fugir para o Brasil, na fronteira mato-grossense, onde habitualmente eram bem-tratados. E mesmo se hoje não acontece mais as cenas degradantes de deportações, os Chiquitos continuam afluindo para as terras brasileiras: há milhares na diocese de São Luiz de Cáceres. (BIENNÉS, 1987, p. 117)

Somente em 2005, ocorre a organização de um movimento social chiquitano de luta para a recuperação do seu território tradicional, situado nesta região do Vale do Jauru e do Guaporé, nos territórios do Brasil e da Bolívia, conforme a Figura 1. Ainda sobre essa figura observamos que é extensa a área no que diz respeito a Bolívia. Nesse sentido com a literatura encontramos, Dr. Severiano da Fonseca (1878) escreveu sobre os Chiquitanos:

São os Chiquitanos de mediana estatura, cor azeitonada tirando ao claro, bem-constituídos de organismos, vigorosos, mas preguiçosos. As mulheres são mais claras do que os homens e tendo de ordinário as pernas mais curtas do que o tronco e mais desenvolvido o tecido adiposo, são menos esbeltas e airozas do que estes. (BIENNÉS, 1987, p. 117)

Em nossa tessitura desta rede a se formar pela pesquisa identificamos sua presença em outros lugares, na formação do povo deste lugar da Fronteira.

Na ata de fundação, Vila Maria era habitada por 83 civilizados e 78 Chiquitanos da província espanhola vizinha. Desde seus primeiros tempos de existência, Vila Maria recebeu um reforço valioso dos vizinhos índios que fugiam das terras de Espanha. Para que a população aumentasse, o capitão-general empregou os mais variados meios, a fim de atrair os índios chiquitanos, contra os quais não deixava de protestar o governados da província dos chiquitanos. Luiz de Albuquerque assinala numa carta de 1778: 60 índios castelhanos que desertaram da missão de São João dos Chiquitos. (BIENNÉS, 1987, p. 480)

Por esta região o Chiquitano caminha, povoa, demonstra a sua resistência e contribui com a criação destes lugares da fronteira. São silenciados. Mas não se calam, a sua língua é conhecida como “língua” ou “anenho”, na Bolívia é a quarta língua mais falada, a língua chiquito resultou de processo histórico dos diferentes grupos indígenas na época dos missionários jesuíta. Enquanto que hoje eles estão distribuídos em suas terras, e nas cidades circunvizinhas<sup>1</sup> a Porto Esperidião, e entre as zonas Rural e Urbana, conforme tabela 1.

**Tabela 1 - População indígena por situação de domicílio**

Localização do Domicílio	População indígena por situação do domicílio		
	Total	Urbana	Rural
Total	896.917	324.834	572.083
Terra Indígena	517.383	25.963	491.420
Fora da Terra Indígena	379.534	298.871	80.663

**Fonte:** IBGE. Censo 2010

Com a tabela apresentada nossa compreende-se que a maioria vive no espaço identificado enquanto terra indígena, considerando que sua população rural é sempre maior que a população urbana. O quantitativo referente aos que estão fora da terra indígena se apresenta menor, e a maioria vive na zona urbana, enquanto a minoria está na zona rural. Ao tratarmos dos que estão fora da terra indígena a presença na zona urbana pode ser explicada em razão de outras condições e oportunidades de formações e uma condição relacionada ao trabalho.

Assim, ao buscarmos estabelecer aproximações entre cultura e escola com uma educação que visa o diálogo entre as diversas áreas de conhecimento – interdisciplinaridade – interculturalidade a fim de oportunizar aos alunos não se fragmentarem entre a vida na sociedade e a escola, uma vez que está é fruto desta sociedade e é a partir das experiências vividas no corpo que cada pessoa se constitui como única e constrói seu conhecimento.

Em Mato Grosso, os Chiquitanos (habitantes das fronteiras do Brasil com a Bolívia) viveram muitos anos negando a identidade indígena para

<sup>1</sup> Os Chiquitano no Brasil, se situam em Mato Grosso nos municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade, Cáceres e Porto Esperidião. Estão organizados em comunidades, do Limão, Fortuna, Osbi, Palmarito, Roça Velha, San Fabiano e Bocaína, embora o nosso olhar se estabelece aos que estão na Terra indígena Portal do encantado.

permanecerem em agrupamentos de pequenas famílias e comunidades, atualmente sitiadas por fazendas e cidades. Assim como o fizeram outros povos, a forma de resistirem foi a negação da identidade indígena para o não índio e manterem sua identidade como grupo. (GRANDO, 2004, p. 74).

Como forma de resistência negaram a identidade. Enquanto um grupo étnico, foram identificados por meio de estudo etnográfico. Esta identificação é concomitante ao projeto econômico do gasoduto Brasil-Bolívia que por um projeto do governo atravessa a estes territórios. Nesse estudo foi necessário o processo de análise e identificação. Após este processo de identificação é assegurada a esta etnia e então a busca pelos direitos subtraídos no decorrer do tempo e então a escola.

A oficialização da educação escolar indígena se deve às articulações dos movimentos indígenas de toda a América Latina com os movimentos sociais e ambientais localizados, que, internacionalizados, dão força comunicativa e política à luta dos movimentos indígenas em todo continente. (GRANDO, 2004, p.103).

A educação escolar indígena no processo de organização então contribui para a visibilidades dos traços de uma etnia e o seu reconhecimento. Mas a escola possui suas características que se adequam ainda que seja para atender ao mesmo povo, na escola identificamos os vestígios do lugar em que ela se encontra. Com esta proposta de encontrar seus vestígios estaremos então tratando de trazer os traços de um lugar que contribui para a formação de um povo em específico.

#### 4 Sobre as escolas

Compreender que a realidade é complexa que nos torna único, cuja diversidade cultural presente no meio social nos possibilita pensar a educação numa perspectiva intercultural como direito do aluno saber local, compreender global. Um direito, que segundo Chauí (1999), na América Latina é um direito de cidadania, pois a diversidade cultural ao ser respeitada possibilita a construção crítica da realidade.

A educação nesta perspectiva é a possibilidade de acesso a formas de pensar que qualificam as relações sociais e valorizam a pessoa, uma educação que possibilita o acesso à cidadania. Nesse sentido em nosso princípio de investigação então compreendemos a escola conforme a tabela abaixo.

**Quadro 1 - Escolas Indígenas em Porto Esperidião**

<b>Escola Estadual Indígena Chiquitano</b>	<b>Escola Estadual Indígena Chiquitano Jose Turíbio</b>
--	---

Escola Pública Estadual	Escola Pública Estadual
<b>Endereço</b>	
Terra Indígena Portal do Encantado, Zona Rural Porto Esperidião - MT CEP: 78240-000 Fone: (65) 3225-1337 E-mail para contato: pte.eei.chiquitanos@educacao.mt.gov.br	Terra Indígena Aldeia Vila Nova Barbecho, Indígena Porto Esperidião - MT CEP: 78240-000 Fone: (65) 3225-1337 Email para contato: pte.eei.chituianoj.turibio@educ.mt.gov.br
<b>Turmas</b>	
Ensino Médio Ensino Fundamental - Anos Finais Ensino Fundamental - Anos Iniciais Ensino Fundamental - EJA	Ensino Médio Ensino Fundamental - Anos Finais Ensino Fundamental - Anos Iniciais
<b>Infraestrutura</b>	
Alimentação escolar para os alunos Água filtrada Água de poço artesiano Água do rio Energia da rede pública Fossa Lixo enterrado	Alimentação escolar para os alunos Água filtrada Água de poço artesiano Energia da rede pública Fossa Lixo destinado à queima
<b>Instalação De Ensino</b>	
02-salas de aulas 01-secretaria 01- Cozinha 02- Banheiro com chuveiro 01-Refeitório Área verde	Instalação de ensino 1 sala de aula Cozinha Sala de secretaria Refeitório Dispensa Auditório Pátio descoberto

**Fonte:** Site Seduc

Através do Quadro 1, organizado mediante informações do Site da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), e determina o princípio da base de análise das duas escolas estaduais indígenas. A princípio observar sua localização, em locais distintos, e a necessidade do transitar entre locais diferenciados ainda que numa mesma perspectiva de estudo, na mesma etnia.

Com a lista das turmas observamos que se diferenciam, enfim cada escola uma realidade, um chão que atravessa de forma diferenciada, que compõem os dias do povo do lugar. Na escola Estadual Indígena Chiquitano aparece a Educação de Jovens e Adultos. Ao tratarmos da Infraestrutura veremos o uso das águas do rio em apenas uma escola, na Escola Estadual José Turíbio as águas são de poços artesianos.

Os lugares conhecidos, assentados ao longo do rio, como as fazendas isoladas, os arraiais ribeirinhos, os sítios históricos, as veredas, a ponte, a balsa, o pantanal e as práticas habituais dos homens, afiguraram-se como elementos que materializam a memória. (BRAZIL, 2014, p. 344)

Compreendemos, que as paisagens estreitam laços de vida, constituem as rotinas e favorece as relações que o rio permite, então teremos uma base de análise com espaços

diferenciados, trata-se de uma proposta de pesquisa, que constituirá com detalhes que nos permitem compreender a escola e as narrativas das professoras em seu cotidiano. Apresenta pelo Quadro 1 das instalações que fica evidente em áreas verdes, pátios cobertos. São lugares que nos apresentam como se estabelecem as relações nesses lugares.

Diante do quadro apresentado e na possibilidade de se realizar estudos antropológicos que contemplem instituições escolares e sujeitos, em lugares localizadas em espaços tradicionalmente estudados com envolvimento, sobretudo os segmentos “sem vozes” no cenário educacional brasileiro, como alunos, professores e funcionários. Com estas considerações, privilegamos a região de fronteira, no município de Porto Esperidião, em específico a escola indígena, como lócus de observação, problematização e análise no sentido de explicar seu passado que ainda se faz sentir no presente.

## **5 Educação Intercultural: aspectos reflexivos de uma realidade brasileira**

A educação no Intercultural no Brasil é compreendida enquanto necessária pois somos um país que se compôs pela diversidade da formação do povo brasileiro e que precisa chegar esta realidade ao que desenvolvemos na escola enquanto atividade pedagógica. Na teoria a educação intercultural ocupa um espaço central do imaginário. E a escola? Como se constitui diante das políticas públicas e o que acontece no seu cotidiano?

No ato de realizar a educação intercultural ela se constitui como uma forma de repensar a prática e o discurso pedagógico, “não se pode pensar numa igualdade que não incorpore o tema das diferenças, o que supõe lutar contra todas as formas de desigualdade, preconceito e discriminação” Candau (2003), a luta por se estabelecer e assegurar o diálogo e a compreensão das diferenças dentro do grupo étnico.

O Curussé, uma manifestação tradicional do povo Chiquitano, hoje uma forma de expressão típica do município, no entanto, esta manifestação que expressa uma identidade étnica minoritária e marginalizada, inclusive negada pelos Chiquitano como uma estratégia de sobrevivência. Tendo por referência os estudos desenvolvidos anteriormente com Grando (2005, 2006), por cultura, podemos compreender as formas de comunicação e expressão corporal, como os gestos e as formas de relacionar-se com o outro, que possibilitam a pessoa fazer-se nas relações com o outro coexistindo num mesmo espaço socialmente construído. Uma cultura não é superior a outra, mas diferente,

ao se confrontarem diferentes culturas o conflito da diferença necessária para a constituição da identidade, é sempre conflitiva e complexa.

Assim como as crenças religiosas que se apresentam nas mais variadas formas não servem para justificar desigualdades sociais, também a cultura não pode ser justificativa de segregação social. Com a perspectiva de ação afirmativa surge a responsabilidade da escola promover a educação intercultural. Esta perspectiva educacional, segundo Fleuri (2003) propõe transcender a opção monoculturalismo & multiculturalismo, mas busca melhor compreender o hibridismo das mais variadas manifestações culturais gestadas no bojo dos conflitos sócio – culturais emanados dos longos processos de exclusão social. E com o Curussé, uma manifestação que promove integração entre o Chiquitano, os sujeitos citadinos expressa a alegria do povo e reforça a sua religiosidade.

Nesse sentido “a educação intercultural busca aproximar os diferentes grupos sociais, para que cada qual sem abrir mão de sua identidade própria seja capaz de reconhecer a diferença cultural expressa na organização do modo de vida do outro. O que importa é implementar estratégias de ação coletiva que ao mesmo tempo em que preserve a diferença, dê conta de garantir a convivência entre grupos sociais diversos” (FLEURI, 2003, p.76). Com a diversidade que sobrevive nas cidades e se estende a outros lugares então temos a escola como o lugar a ser adequado para receber estes que compõem os grupos sociais na cidade ou nos outros lugares. Apresentamos a tabela dos municípios com as escolas nesta região de fronteira, através da tabela 2.

**Tabela 2 - Escolas na região fronteira**

Municípios	Escola Primária		Escola Secundária		Total	
	Total de escola	Total de alunos	Total de escola	Total de alunos	Total de escola	Total de alunos
Vila Bela da S. Trindade	10	960	1	122	11	1.082
Pontes e Lacerda	2	294			2	294
Porto Esperidião	6	831	1	100	7	931
Cáceres	6	605	1	50	7	705
<b>Subtotal</b>	24	2.740	3	272	27	3.012
<b>San Matias</b>	40	2898	3	964	43	3.862
<b>San Ignacio</b>	18	489	6	147	24	636
<b>Subtotal</b>	58	3.387	9	1.111	67	4.498
<b>Total</b>	82	6.127	12	1.383	94	7.510

Fonte: Domínio público.

Temos o demonstrativo na Tabela 2, das escolas da fronteira através de uma tabela que apresenta as escolas, nível de ensino e detalhes como número de salas de aula, alunos

e o quantitativo de professores, e a totalidade de escola na Bolívia, apresentadas pelas cidades mais próximas a nossa fronteira. São alunos da fronteira, não nos detemos em identificar a sua etnicidade. Um detalhamento a ser tratado posteriormente em nossa pesquisa de doutoramento. Mas observamos que em Porto Esperidião, nosso local de análise possui uma quantidade maior de alunos que em outros desta região fronteira.

Observa que na escola apresentada enquanto secundária, correspondente aos anos finais do ensino fundamental o número de aluno em Porto Esperidião é menor. Muitos são os motivos, intenso seria esta investigação, que a grosso modo podemos indagar: São alunos que deixam a escola para o trabalho? São alunos que mudam constantemente em razão de oportunidades a suas famílias? Ou são alunos que se os perdemos para a violência? Enfim outra possibilidade de analisar a esta resistência.

## **6 Documentos brasileiros: adequar, realizar e influenciar**

Lei nº 9.394/96, para o ensino fundamental a LDB (1996) em seu Artigo 22, estabelece que:

A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. (BRASIL, 1996, Art. 22)

A compreensão de que se faz necessário atividades significativas no cotidiano da escola. Cujo objetivo a inclusão dos alunos, por uma práxis que determine a formação de qualidade. Se fez necessários leis para contemplar a Educação de qualidade.

Lei de Diretrizes e Bases para Educação, Lei nº 9.394/96, a temática indígena é tratada no título VIII, Das Disposições Gerais, nos artigos 78 e 79. Essa Lei, no artigo 78, estabelece que o Sistema de Ensino da União desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural dos povos indígenas. No artigo 79, estabelece as responsabilidades da União em apoiar técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento de educação intercultural para as comunidades indígenas.

Como forma de reconhecer as lutas, os enfrentamentos o governo brasileiro assim estabelece a Lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio, assim se estabelece no propósito da obrigatoriedade da Lei 11.645/08, diz respeito à inclusão da História da África e cultura

afro-brasileira e indígena no currículo escolar. Tal abordagem não determina a existência de uma disciplina específica e solta. Sua proposta diz respeito a produção de conhecimentos e formação de atitudes e valores capazes de educar cidadãos conscientes de seu pertencimento étnico-racial numa perceptiva intercultural.

Em decorrência de mudanças nas políticas educacionais, faz-se necessário a busca desses orientativos na construção de propostas curriculares, pois as instituições educacionais estão vinculadas às secretarias de educação no âmbito Federal, Estadual e Municipal, e compreender a historicidade no decorrer da formação, por meio de uma leitura significativa, contribui em outras áreas do conhecimento e como forma de reconhecer um grupo étnico.

Para estabelecer uma linha de análise, de como se estabelece a escola indígena conduzida pelo fluxo da vida, do cotidiano da influência social, econômica, cultural, política e por sua localização. Nesse sentido compreender as escolas Estadual Indígena Chiquitano e Estadual Indígena José Turíbio, pelas cenas, olhares e vivências de professores, em suas práticas educativas e formativas. Realizar a observação nas atividades escolares, cenário desta investigação, enquanto observação participante. Compreender a dinâmica que envolve a escola e seus sujeitos, inseridos na comunidade.

## **7 Algumas considerações**

A partir de estudos e mediante a pesquisa bibliográfica, percorremos o caminho longe de onde estamos, do que foi vivido, e nos permite compreender a realidade, idealizar uma educação de qualidade, através de reflexões constituídas com questões que envolvem a organização da escola indígena no tempo presente.

Evidenciamos a presença nos relatos de um bispo D. Máximo Biennés, a partir do olhar da igreja, embora ele demonstra a presença, a exploração, os vestígios da presença feminina e das crianças. Mas devemos compreender que são informações povoadas de religiosidade, embora o chiquitano tenha sido influenciado pelos seus antepassados que resistiram nas missões.

Através da Educação Intercultural no intuito de aprofundar reflexões referentes a concepção sobre o ensino, voltado para a Escola indígena de Porto Esperidião. Nesse sentido desenvolver através da investigação e análise de documentos, bibliografias e observação a partir da definição dos fatos e fenômenos sociais, políticos e seus encadeamentos necessários à sua resistência.

## Referências

- BIENNÈS, D. Máximo. **Uma igreja na fronteira: Diocese de São Luiz de Cáceres, MT**. São Paulo: Loyola, 1987.
- COSTA, José Eduardo Moreira. **O Manto do encoberto: identidade e território entre os Chiquitanos (MT)**. Cuiabá: UFMT/Departamento de Antropologia, 2000. (Monografia apresentada para o curso de Especialização em Antropologia: Teoria e Métodos).
- FLEURI, R. M. **Educação Intercultural: Mediações Necessárias**/Reinaldo Matias Fleuri (org.). Rio de Janeiro: DP & A, 2003.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GRANDO, Beleni S. **Cultura e Dança em Mato Grosso: Catira, Curussé, Folia de Reis, Siriri, Cururu, São Gonçalo, Rasqueado e Dança Cabocla na Região de Cáceres**. Cuiabá: Central de Texto, 2002.
- GRANDO, Beleni Salete. **“Corpo e Educação: As Relações Interculturais nas Práticas Corporais Bororo em Meruri-MT”**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 3. ed. - Rio de Janeiro: DP&A Ed., 1999.
- LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Revista Katalysis, v. 10, p. 35-45, 2007.
- LUCIANO, Gerssem J. S. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Coleção Educação para todos. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006.
- MEIRELES, Denise Maldí. **Guardiães da Fronteira Rio Guaporé, Século XVIII**. Petrópolis: RJ, Vozes, 1989.
- PACINI, Aloir. **As identidades Chiquitanas em perigo nas fronteiras**. CADERNOS IHU IDÉIAS (UNISINOS), v. 17, p. 1-31, 2019.
- SILVA, Adriane Cristine. **Curussé: olhar da comunidade**. In.: Beleni S. Grando, Cultura e Dança em Mato Grosso: Catira, Curussé, Folia de Reis, Siriri, Cururu, São Gonçalo, Rasqueado

e Dança Cabocla na Região de Cáceres. 2ed. - Cuiabá: Central de Texto; Cáceres: Ed Unemat, 2005. p. 52-54.

SILVA, Renata Bortoleto. **Os Chiquitanos de Mato Grosso: estudo das classificações sociais em um grupo indígena na fronteira Brasil-Bolívia**. Tese (Programa de Doutorado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

TASSINARI, A. M. I. **Escola indígena: novos horizontes teóricos, novas fronteiras da educação**. In: LOPES da SILVA, A.; FERREIRA, M. K. L. (Org.) Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola. São Paulo: Global, 2001. Porto: Edições Afrontamento, 1999. Amado; Ferreira (2000).